



2012
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E
CONTAS

2013
PROGRAMA DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO

TEXTO

	PÁG.
1 - ENQUADRAMENTO	2
2 – ACTIVIDADES REALIZADAS	4
3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FUNCIONAL	8
4 – ACTIVIDADES PLANEADAS PARA 2013	9
5 – ORÇAMENTO PARA 2013.....	11

Anexos

A1 – Membros do Conselho Nacional da Água em Dezembro de 2012

A2 – Ordens de Trabalho das 44ª, 45ª, 46ª e 47ª reuniões do CNA

2012 RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

2013 PROGRAMA DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

1- ENQUADRAMENTO

Natureza

O Conselho Nacional da Água (CNA) foi criado através do Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro, sendo o órgão independente de consulta do Governo no domínio do planeamento e da gestão sustentável da água. A sua composição, competências, regime de funcionamento e inserção orgânica foram sucessivamente redefinidas através dos Decretos-Leis n.º 166/97, de 2 de Julho, n.º 84/2004, de 14 de Abril e n.º 7/2012, de 17 de Janeiro.

No Conselho Nacional da Água têm representação a Administração Pública, a nível central e regional, os Municípios e as organizações científicas, económicas, profissionais e não governamentais mais relevantes, a nível nacional, dos diversos usos da água. O Conselho é actualmente constituído pelo presidente, pelo secretário-geral, por 47 vogais natos e por 15 vogais convidados (ver **Anexo 1**).

Objectivos

O CNA tem como principal objectivo acompanhar a elaboração e execução de planos e de projectos com especial relevância na utilização e protecção dos sistemas hídricos e pronunciar-se sobre as medidas que permitam a melhor articulação das acções deles decorrentes, constituindo o fórum nacional de discussão transversal da política de gestão dos recursos hídricos portugueses, numa perspectiva integradora dos interesses sociais, económicos e ambientais envolvidos, tanto no âmbito sectorial como territorial.

Ao Conselho Nacional da Água compete formular e apreciar opções estratégicas para a gestão dos sistemas hídricos portugueses e para a harmonização de procedimentos metodológicos associados à utilização, protecção e controlo das águas de superfície (incluindo os respectivos leitos, margens e ecossistemas) e subterrâneas. Mais especificamente, compete-lhe:

- acompanhar a elaboração e a execução do Plano Nacional da Água e emitir parecer sobre a proposta do Plano;

- apreciar etapas determinantes do processo de elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica dos rios internacionais luso-espanhóis;
- informar os planos e projectos de interesse geral que afectem substancialmente o planeamento dos recursos hídricos ou os usos da água, nomeadamente em relação às bacias hidrográficas internacionais;
- informar as questões comuns a duas ou mais regiões hidrográficas em relação à administração e ao aproveitamento dos recursos hídricos;
- emitir informações sobre todas as questões relacionadas com os recursos hídricos que lhe sejam submetidas;
- propor linhas de estudo e investigação para o desenvolvimento de inovações técnicas no que se refere à disponibilização, utilização, conservação, recuperação, tratamento integral e economia da água;
- propor outras acções que entenda necessárias para a elaboração e implementação dos planos e projectos antes referidos.

Actuação

Cabe ao presidente do Conselho Nacional da Água, por inerência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, por iniciativa própria ou a solicitação do departamento governamental competente, remeter ao CNA os planos, projectos e demais assuntos a apreciar, assim como convocar o Conselho, o qual reúne, ordinariamente, pelo menos duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que tal se justifique.

O Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012, bem como o Programa de Actividades e Orçamento para o ano de 2013, que aqui se apresentam, inserem-se nas disposições dos diplomas que criaram e estruturam o CNA e respeitam, igualmente, o ordenamento regimental e consuetudinário do Conselho, as orientações do seu presidente e os entendimentos estabelecidos no decorrer das reuniões plenárias e dos trabalhos preparatórios e complementares realizados.

Considera-se que as várias acções desenvolvidas durante 2012 e que se sintetizam no presente relatório são um reflexo da intervenção transversal e integradora do Conselho Nacional da Água, a qual se espera ver consolidada através das iniciativas que leve a efeito no próximo futuro, nomeadamente das que constam no programa de actividades para 2013.

2 – ACTIVIDADES REALIZADAS

Reuniões plenárias

Durante o ano de 2012 realizaram-se quatro reuniões plenárias do Conselho, que tiveram lugar nos dias 27 de Janeiro, 22 de Maio, 14 de Setembro e 14 de Dezembro, todas efectuadas no Salão Nobre do edifício do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território situado na Rua de O Século. Naquelas reuniões foram abordados as seguintes matérias, constantes das respectivas ordens de trabalho, reproduzidas no **Anexo 2**:

- ✓ Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação.
- ✓ Reestruturação e sustentabilidade dos Serviços de Abastecimento de água e de Saneamento de águas residuais.
- ✓ Implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, em particular a nível autárquico e das actividades económicas.
- ✓ Aplicação e desenvolvimento da Convenção sobre a Protecção e o Aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas luso-espanholas e o funcionamento da sua CADC.
- ✓ Aplicação da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha. Sua articulação com a Directiva-Quadro da Água.
- ✓ Ordenamento do Espaço Marítimo português. Princípios e Lei de bases.
- ✓ Seca 2012. Diagnóstico, controlo e minimização sistemática dos seus efeitos.
- ✓ Implementação da Directiva-Quadro da Água e execução dos Programas de Medidas planeados.



As quatro sessões foram amplamente participadas e os temas abordados sido introduzidos por documentação previamente preparada (ver lista dos documentos distribuídos, constante do já referido **Anexo 2**). Destaca-se uma vez mais o envolvimento de vários membros do Conselho, das entidades que o integram e até de organismos exteriores ao próprio Conselho, tanto na proposta dos temas e na preparação dos documentos a apresentar, como na exposição e debate dos assuntos agendados, conforme registado nas actas das reuniões, aprovadas nos termos regimentais.

Actividades complementares

Destaca-se também a realização de uma segunda sessão extraordinária do Conselho, no auditório do Oceanário de Lisboa, no dia 28 de Setembro de 2012, no âmbito da celebração das Jornadas Europeias do Património, subordinado ao tema geral “Civilizações e Culturas do Mar Português”. A sessão contou com o apoio institucional da Secretaria de Estado do Mar e o patrocínio da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo nela sido apresentadas as seguintes palestras:

- 🌍 **De Lisboa ao Índico. O património e o mar**, pelo Arquitecto Alexandre Braz Mimoso (Direcção-Geral do Património Cultural);
- 🌍 **As velas que abriam o mundo. O projecto Profundis e o património arqueológico subaquático**, pelo Dr. Jorge Casimiro (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental);
- 🌍 **A recuperação do lugre histórico "Santa Maria Manuela" e as memórias da pesca do bacalhau à linha**, pelo Dr. Aníbal Paião (Administração da Pascoal S.A.); e
- 🌍 **Recursos naturais no fundo do mar português. Tesouros ou miragens?**, pelo Prof. Doutor Fernando Barriga (Universidade de Lisboa);
- 🌍 **Do rio ao mar – um incessante diálogo no tempo entre o texto e o espaço**, pelo Prof. Doutor Mário Avelar (Universidade Aberta).



Na sequência da exposição feita pelo Dr. Aníbal Paião, foi ainda organizada uma visita conjunta dos membros do CNA ao lugre bacalhoeiro Santa Maria Manuela, que se realizou no dia 24 de Novembro, no cais da Rocha do Conde de Óbidos.

Refere-se ainda a organização no dia 23 de Março, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, com o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e com a Liga para a Protecção da Natureza, de uma sessão solene sobre "A água: questão crítica da Conferência "Rio + 20", tendo por objectivo simultâneo a celebração do Dia Mundial da Água e a abertura de um ciclo de debates preparatório daquela conferência mundical.

Durante 2012 não funcionou qualquer Grupo de Trabalho. A organização e a coordenação das actividades do Conselho, durante e entre reuniões plenárias, foram asseguradas pelo Secretário-Geral, com recurso à estrutura de apoio prevista no Decreto-Lei n.º 166/97, que de momento integra o adjunto Doutor Francisco Nunes Godinho e a secretária Dra. Fátima Marques.

Sítio internet

No final de 2012 foi criado o sítio deste Conselho Nacional na internet, sob a designação <http://conselhonacionaldaagua.weebly.com>, correspondendo a uma intenção própria antiga e a várias solicitações que ao longo do tempo foram feitas pelos membros do Conselho. Para além das secções que habitualmente constituem este tipo de acessos electrónicos, o sítio do CNA engloba um conjunto de informações gerais referentes à sua natureza, constituição, regime de funcionamento e moldes de actuação. Relevam, todavia, as páginas respeitantes às **Actividades**, desenvolvidas ou a desenvolver no âmbito do CNA, e às **Publicações**.

Na primeira daquelas páginas inserir-se-ão referências às mais recentes reuniões plenárias - ordinárias e extraordinárias - e intervenções de grupos de trabalho. Na segunda das mesmas páginas poder-se-ão encontrar os Relatórios e Programas de Actividades, bem como a publicação em formato digital de trabalhos, apreciações e pareceres do Conselho, começando-se por disponibilizar o Programa respeitante ao exercício em curso e a Apreciação efectuada pelo Grupo de Trabalho XIV sobre os Planos de Ordenamento de Estuários.

Reproduz-se a seguir a página introdutória do sítio do CNA, onde igualmente se observam as demais secções que foram para já abertas.



O Conselho Nacional da Água (CNA) é o órgão independente de consulta do Governo português no domínio do planeamento e da gestão sustentável da água. Foi constituído em Fevereiro de 1994 e reorganizado em Abril de 2004



Bem vindo ao sítio do Conselho Nacional da Água

3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FUNCIONAL

Despesa

O Conselho Nacional da Água dispôs no ano findo de dotações financeiras próprias que permitiram suportar os encargos normais de funcionamento. Salienta-se, todavia, que do montante de 66 622,00 Euros disponível para o exercício findo, foram gastos pelo Conselho apenas 31 250,00 Euros, valor que reflecte o facto de apenas um dos cargos que estão a ser desempenhados ter sido remunerado integralmente, bem como a inexistência neste exercício de qualquer grupo de trabalho em actividade.

Excluindo essas singularidades, a verba afecta ao CNA em 2011 revelou-se limitada nas restantes rubricas, embora suficiente para satisfazer os encargos inerentes ao desenvolvimento e apoio externo às tarefas empreendidas, dados os escassos meios humanos e materiais que desde a sua constituição foram afectos às actividades regulares do Conselho.

Conforme disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 166/97, o apoio logístico ao Conselho é assegurado, na generalidade das situações, pela Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), podendo, caso haja necessidade de realizar acções periféricas, o referido apoio ser prestado pelas entidades mais directamente envolvidas nessas acções. Reconhece-se o trabalho e o empenho demonstrados por aquela Secretaria-Geral, nomeadamente a cedência da a quem se agradece, uma vez mais, a prestimosa colaboração prestada.

O Conselho voltou a estar sediado no edifício do MAMAOT situado na Rua de O Século, n.º 51, 2.º, local onde continuam a ter lugar a generalidade das reuniões plenárias do CNA.

4 - ACTIVIDADES PLANEADAS PARA 2013

A gestão e utilização eficiente e sustentável dos recursos hídricos portugueses, interiores, de transição, costeiros e marítimos, continua a envolver componentes e problemas relevantes para o futuro do País, cuja análise e debate justificará que o plenário do Conselho Nacional da Água continue a reunir, pelo menos quadrimestralmente.

Temas a abordar

Assim, em 2013 a intervenção do Conselho prosseguirá a abordagem de temas cuja importância política, social e técnica avulte durante o ano em apreço, nomeadamente as relacionadas com a eficácia da gestão dos recursos hídricos e o acompanhamento do processo de planeamento em curso, com destaque para a conclusão e aplicação do Plano Nacional da Água e dos programas de medidas contidos nos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas internacionais.

Nesse contexto, merecerão particular atenção temas gerais ou específicos cujo interesse e oportunidade se avaliarão ao longo do ano, a par daqueles que o calendário político da água venha a recomendar, nomeadamente:

- (1) a aplicação da Lei da Água e o cumprimento das directivas comunitárias ligadas ao domínio hídrico;
- (2) a implantação e operacionalização da estrutura institucional da gestão dos recursos hídricos em Portugal;
- (3) a aplicação da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha e o aproveitamento sustentável do espaço marítimo português;
- (4) o estabelecimento e cumprimento de medidas de protecção, conservação, reabilitação e valorização dos recursos hídricos interiores, estuarinos e costeiros;
- (5) a aplicação e desenvolvimento da Convenção sobre a Protecção e o Aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas luso-espanholas partilhadas, com realce para o uso sustentável dos caudais do Baixo Guadiana;
- (6) a interligação da gestão da água com as políticas económicas sectoriais e com o ordenamento do território;
- (7) a valorização estratégica da rede hidrográfica através da regularização de caudais e da utilização desses caudais em projectos de fins únicos ou múltiplos;
- (8) a concertação dos aproveitamentos hidráulicos com as obrigações nacionais em termos de conservação da natureza e da biodiversidade;

- (9) a estratégia para a promoção de novos regadios e para o prosseguimento da rega a partir do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva;
- (10) a compatibilização das metas estabelecidas para o fomento das energias renováveis com os objectivos traçados nos PGRH para os mini aproveitamentos hidroeléctricos;
- (11) a racionalização e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água potável e de saneamento de águas residuais;
- (12) o interesse e viabilidade da navegação dos grandes rios portugueses;
- (13) o funcionamento da rede de monitorização da quantidade e qualidade da água e dos sistemas de previsão, controlo e protecção contra os efeitos de cheias e de secas;
- (14) as implicações económicas do cumprimento dos objectivos ambientais impostos às massas de água naturais e modificadas e as possíveis derrogações desses objectivos;
- (15) a gestão de riscos em recursos hídricos, atendendo às respectivas vulnerabilidades e objectivos de segurança;
- (16) a colecta e os critérios de aplicação da Taxa de Recursos Hídricos.

Funcionamento

Sempre que justificado, as actividades em plenário continuarão a apoiar-se na intervenção prévia de grupos de trabalho, no intuito de fundamentar as recomendações e os pareceres prestados. Como até agora, esses grupos de trabalho terão missões específicas e delimitadas no tempo e serão constituídos agregando às entidades representadas no Conselho os especialistas mais adequados à satisfação dos objectivos em cada caso visados.

Em 2013, o CNA voltará a diligenciar o intercâmbio com instituições congéneres de outros países com quem mantém particulares afinidades no domínio hídrico, assim como a desenvolver acções que incentivem a imprescindível interacção entre a Administração Pública e a Sociedade Civil na gestão integrada e sustentável da água em Portugal.

A eficácia e utilidade do trabalho do Conselho Nacional da Água, resultando em primeiro lugar da forma como se processe a análise das questões colocadas e do empenho dos conselheiros na sua discussão, será em muito determinada pelas orientações políticas assumidas e pela actuação dos organismos responsáveis pela administração, utilização e protecção dos recursos hídricos do País e, também, pela sua capacidade de se articularem entre si e com os sectores utilizadores e as organizações envolvidas na concretização das recomendações e dos pareceres que dá ao Governo.

5 – ORÇAMENTO PARA 2013

Orçamento

As verbas com cobertura orçamental destinadas a custear o desenvolvimento das actividades do Conselho no próximo ano estão incluídas no Orçamento de Estado, no capítulo do orçamento da administração central relativo a Serviços Gerais de Apoio, Estudos, Coordenação e Controlo do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Tais verbas, num montante global de 64 785,00 Euros, constam das seguintes rubricas orçamentais:

Designação	Classificação económica	Dotação (Euros)
1 – Remunerações	01.01.03, 01.01.09, 01.01.13 e 01.01.14	25 171,00
2 – Grupos de trabalho	01.02.13	6 000,00
3 – Segurança social e despesas de saúde	01.03.01 e 01.03.05	5 237,00
4 – Aquisição de bens	02.01.04, 02.01.08, 02.01.18 e 02.01.21	3 680,00
5 – Assistência técnica	02.02.19	2 000,00
6 – Comunicações e transportes	02.02.09 e 02.02.10	7 000,00
7 – Representação, deslocação e estadas	02.02.11 e 02.02.13	5 000,00
8 – Outros serviços	02.02.20 e 02.02.25	9 075,00
9 – Outras despesas correntes - Reservas	06.02.03	1 622,00
TOTAL ANUAL	---	64 785,00

Perante a conjuntura em que o País está, considera-se que o montante global orçamentado para o exercício de 2013, embora ainda mais escasso do que nos anos antecedentes, permitirá prosseguir os objectivos do CNA e mobilizar os necessários meios operacionais e os contributos especializados, em especial dos vogais que, com continuado empenho e qualidade, vêm assegurando o elevado nível das apreciações efectuadas pelos grupos de trabalho do Conselho.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2012

O Secretário-Geral do CNA



António Eira Leitão

Membros do Conselho Nacional da Água no final de 2012

Vogais Natos
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente – Dr. Nuno Sanchez Lacasta
Director-Geral do Território – Prof. Doutor Paulo Dias Correia
Directora-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos – Dr. ^a Teresa Rafael
Director-Geral de Energia e Geologia – Eng. ^o Pedro Cabral
Directora-Geral das Actividades Económicas – Dr. ^a Cristina Lourenço
Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Eng. ^o Pedro Teixeira
Director-Geral da Saúde – Dr. Francisco George
Presidente do Instituto de Turismo de Portugal – Dr. Frederico de Freitas Costa
Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Eng. ^a Paula Sarmento
Representante do Presidente do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – Eng. ^o Mário Nascimento
Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – Eng. ^o Jaime Melo Baptista
Administrador da Região Hidrográfica do Norte – Eng. ^o Carlos Pimenta Machado
Administradora da Região Hidrográfica do Centro – Eng. ^a Celina Ramos de Carvalho
Administrador da Região Hidrográfica do Tejo – Prof. Doutor Carlos Cupeto
Administrador da Região Hidrográfica do Alentejo – Dr. André Matoso
Administrador da Região Hidrográfica do Algarve – Dr. Sebastião Braz Teixeira
Representante do Ministério da Defesa Nacional – Major-General Francisco Grave Pereira
Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Emb. José Caetano da Costa Pereira
Representante do Governo da Região Autónoma dos Açores (Dir. Regional do Ambiente) – Dr. João Carlos Bettencourt
Representante do Governo da Região Autónoma da Madeira (Dir. Reg. Ord. Território e Ambiente) – Eng. ^o João Correia
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra – Prof. Doutor João Paulo Barbosa de Melo
Presidente da Câmara Municipal de Montalegre – Dr. Fernando Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal do Montijo – Dr. ^a Maria Amélia Antunes
Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua – Dr. Nuno Manuel Carvalho Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de Serpa – Dr. João Rocha da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Tavira – Dr. Jorge Nascimento Botelho
Vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Sr. Francisco Vale Antunes
Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Dr. ^a Maria João Lopes
Representante da Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) – Prof. Doutor Francisco Ferreira
Presidente da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) – Eng. ^o Rui Godinho
Presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – Prof. Doutor António Jorge Monteiro
Presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) – Prof. Doutor Rodrigo Proença de Oliveira
Presidente do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) – Prof. Doutor João Joanaz de Melo
Representante da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) – Dr. ^a Paula Chainho
Presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) – Prof. Doutor José de Castro Coelho
Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – Prof. Doutor Jorge Miguel Miranda
Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Eng. ^a Rafaela de Saldanha Matos
Representante da Universidade do Algarve – Prof. Doutor Luís Chicharo

Representante da Universidade de Coimbra – Prof. Doutor João Pedroso de Lima
Representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Prof. Doutor Rui Vítor Cortes
Representante do Instituto Politécnico de Leiria – Prof. Doutor João Ramos
Representante da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) – Eng.º João Coimbra
Representante da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) – Eng.º Jaime Braga
Presidente da Comissão Executiva da Confederação do Turismo Português (CTP) – Dr.ª Adília Lisboa
Presidente do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal - Eng.º Afonso Lobato Faria
Presidente da Direcção da Ass. Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPSA) – Eng.º Diogo Faria de Oliveira
Representante da Redes Energéticas Nacionais (REN) – Eng.ª Helena Gonçalves Azevedo

Vogais Convidados
Eng.º Carlos Mineiro Aires – Ordem dos Engenheiros
Prof. Doutor António Betâmio de Almeida – Instituto Superior Técnico
Prof. Doutor Francisco Andrade – Ordem dos Biólogos
Prof. Doutor Francisco Avillez
Prof. Doutor Francisco Nunes Correia – Instituto Superior Técnico
Prof.ª Doutora Maria da Conceição de Oliveira e Cunha – Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra
Prof. Doutor Luís Veiga da Cunha
Doutor Eng.º João Paulo Cárcamo Lobo Ferreira – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Dr. Joaquim Marques Ferreira – Águas de Portugal
Prof.ª Doutora Maria Teresa Ferreira – Instituto Superior de Agronomia
Prof. Doutor Fernando Veloso Gomes – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Eng.º José Barahona Nuncio – Federação Nacional de Regantes de Portugal
Prof. Doutor Carlos de Sousa Reis – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Prof. Doutor António Carmona Rodrigues – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Prof. Doutor Fernando Santana – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

44ª REUNIÃO

27 de Janeiro de 2012 (6ª feira)

Salão Nobre - 09h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 43ª reunião do CNA, realizada a 14 de Setembro de 2011.
2. Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação.
3. Reestruturação e sustentabilidade dos Serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 43ª reunião plenária do Conselho (ponto 1. da OT).
- A responsabilidade ambiental como instrumento das políticas de ambiente. Desafios da operacionalização do regime no âmbito da gestão da água (ponto 2. da OT).
- Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação (ponto 2. da OT).
- A responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos. A perspectiva da IGAOT (ponto 2. da OT).
- Reestruturação dos serviços de águas e resíduos. Uma visão para a sustentabilidade e eficiência do sector (ponto 3. da OT).
- Informação n.º 5 do GT XV do CNA, acerca do Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água.
- Texto preparatório da audição do CNA na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República, sobre qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento.



45ª REUNIÃO

22 de Maio de 2012 (3ª feira)

Salão Nobre - 09h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 44ª reunião do CNA, realizada a 27 de Janeiro de 2012.
2. Implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, em particular a nível autárquico e das actividades económicas.
3. Aplicação e desenvolvimento da Convenção sobre a Protecção e o Aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas luso-espanholas e o funcionamento da sua CADC.
4. Relatório de Actividades e Contas de 2011. Programa de Actividades e Orçamento para 2012.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 44ª reunião plenária (ponto 1. da OT).
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA). Programa de implementação 2012-2020 (ponto 2. da OT).
- Perdas nos sistemas de abastecimento público de água (ponto 2. da OT).
- Avanços na eficiência do uso da água na agricultura (ponto 2. da OT).
- Perspetivas da indústria para o cumprimento dos objectivos indicativos do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água – PNUEA (ponto 2. da OT).
- Convenção de Albufeira. Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção (ponto 3. da OT).
- Aplicação e desenvolvimento da Convenção de Albufeira (ponto 3. da OT).
- Relatório e Programa de Actividades do CNA 2011/2012 (ponto 4. da OT).



46ª REUNIÃO

14 de Setembro de 2012 (6ª feira)

Salão Nobre - 09h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 45ª reunião do CNA, realizada a 22 de Maio de 2012.
2. Aplicação da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha. Sua articulação com a Directiva-Quadro da Água.
3. Ordenamento do Espaço Marítimo português. Princípios.
4. Seca 2012. Diagnóstico, controlo e minimização sistemática dos seus efeitos.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 45ª reunião plenária (ponto 1. da OT).
- Implementação da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha em Portugal: ponto de situação (ponto 2. da OT).
- DQA e DQEM – Sobreposição ou complementaridade? (ponto 2. da OT).
- O novo modelo de ordenamento do espaço marítimo (ponto 3. da OT).
- Um primeiro balanço da seca de 2012. Sistematização da resposta das entidades públicas para a monitorização e mitigação dos impactes da seca (ponto 4. da OT).



47ª REUNIÃO

14 de Dezembro de 2012 (6ª feira)

Salão Nobre - 09h00

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 46.ª reunião do CNA, realizada a 14 de Setembro de 2012.
2. Implementação da Directiva-Quadro da Água e execução dos Programas de Medidas planeados.
3. Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marinho português.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 46.ª reunião plenária (ponto 1. da OT).
- A Implementação da Directiva-Quadro da Água (ponto 2. da OT).
- O Ordenamento do Espaço Marítimo (ponto 3. da OT)